



PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DO SEIXAL E A ASSOCIAÇÃO GRUPO MOTARD FAMILY & FRIENDS RIDERS

Introdução

A promoção e o apoio às atividades desportivas e recreativas de interesse municipal, consubstanciada com a criação de condições para o desenvolvimento sustentável dessas atividades é uma das competências das Autarquias na promoção da qualidade de vida dos seus habitantes.

As Autarquias são por inerência da descentralização e pelo princípio da autonomia do Poder Local, os órgãos melhor posicionados para a definição das medidas adequadas a estimular e a apoiar o desenvolvimento das suas populações.

Um dos fatores fundamentais de desenvolvimento desportivo, cultural, social, recreativo e de qualidade de vida é traduzido, necessariamente, no apoio e estímulo ao Movimento Associativo Popular composto por entidades que, embora privadas, apresentam um cariz de utilidade pública muito forte e sem fins lucrativos.

A promoção de atividades desportivas, culturais, sociais e recreativas de interesse municipal pode e deve passar pelo apoio concreto ao associativismo popular, através da criação de melhores condições para o desenvolvimento sustentável das associações sem fins lucrativos do Concelho e respetivas atividades.

Neste contexto, o Município do Seixal tem assumido um papel relevante no apoio ao Movimento Associativo do Concelho, postura, aliás, desenvolvida ao longo dos anos de efetiva gestão democrática, na qual o trabalho das coletividades tem sido determinante, prestando um papel de desenvolvimento desportivo e de solidariedade social de inestimável significado.

Justificação

Considera o Município do Seixal que, as associações sem fins lucrativos desempenham uma utilíssima função social, reconhecida pela Constituição da República Portuguesa, sendo de

NR
realçar a sua inestimável contribuição para o desenvolvimento do desporto, bem como para o lazer e ocupação dos tempos livres das populações, nomeadamente dos mais jovens.

Entende, assim, o Município do Seixal que a dotação das coletividades com meios e recursos que viabilizem a sua atividade regular e permitam a concretização de iniciativas e projetos de interesse comunitário constitui um requisito que responsabiliza não apenas os respetivos associados, mas também os Poderes Públicos: Administração Central e Autarquias Locais.

Consequentemente, o Município do Seixal tem vindo a conceder, na medida das suas possibilidades, diversos e substanciais apoios às coletividades locais, abrangendo a construção de sedes sociais, bem como de instalações e equipamentos complementares, a comparticipação financeira a projetos de modalidades ou práticas desportivas, com base na aplicação das Normas Regulamentares e Critérios de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo.

O Município do Seixal reconhece, deste modo, a importância das coletividades para o progresso e desenvolvimento integrado do Concelho e o trabalho abnegado dos seus dirigentes associativos.

Nesta conformidade, considera o Município do Seixal que os apoios consignados no presente Protocolo, conferem à entidade beneficiária, responsabilidades acrescidas, não só para com os seus associados, mas também em relação à comunidade desportiva do concelho, traduzindo-se tais responsabilidades numa mais efetiva garantia de regular o desenvolvimento das suas atividades e de um mais cabal desempenho da sua função social e desportiva.

Articulado

Nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º e da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Entre:

O **Município do Seixal**, doravante designado como MSeixal ou primeiro outorgante, pessoa coletiva de direito público n.º 506 173 968, com sede na Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45, 2844-001 Seixal, neste ato devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal Paulo Alexandre da Conceição Silva, que outorga com os poderes que lhe foram conferidos pela deliberação n.º 161/2026, de 20/05;



E

A **Associação Grupo Motard Family & Friends Riders**, adiante designado por AGMFFR, ou segundo outorgante, pessoa coletiva n.º 518 068 706, com sede em Av Casal do Sapo, Parque Verde G-48, 2865-202 Fernão Ferro, Concelho do Seixal, devidamente representado pelo seu Presidente da Direção Nelson Ricardo Correia Pereira.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

O presente protocolo tem por objeto a cooperação institucional e financeira entre os dois outorgantes, no sentido de garantir uma percentagem do apoio necessário para a instalação da Sede Social provisória do Segundo Outorgante.

Cláusula 2.ª
(Início da vigência)

O Protocolo, devidamente assinado pelas partes, entra em vigor na data da sua publicitação na página eletrónica da entidade concedente do apoio, ora Primeiro Outorgante.

Cláusula 3.ª
(Obrigações do segundo outorgante)

1. O segundo outorgante obriga-se a apresentar o relatório referente ao regime de comparticipação previsto no presente Protocolo.
2. O segundo outorgante obriga-se a disponibilizar as suas instalações e demais equipamentos para os eventos desportivos promovidos pelo primeiro outorgante.
3. Mais se obriga, o segundo outorgante, ao cumprimento integral do programa objeto do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo.
4. Obriga-se ainda a colocar na Sede, de forma visível, o apoio do Primeiro Outorgante.

Cláusula 4.ª
(Prazo de vigência)

O presente Protocolo vigora até 31 de dezembro de 2026, ressalvadas as prorrogações gratuitas a conceder pelo primeiro outorgante, caso se considere haver fundamentação para essas prorrogações.



Cláusula 5.^a

(Custo previsto da obra e trabalhos objeto de comparticipação financeira)

No âmbito do presente Protocolo, o Primeiro Outorgante suportará o montante de 3.000,00€ (três mil euros).

Cláusula 6.^a

(Regime de atribuição da comparticipação financeira)

A comparticipação financeira a que se a cláusula anterior será efetuada através de transferência bancária para o IBAN PT50 0045 5452 4039 9971 6849 3, após a publicitação deste contrato já devidamente assinado pelas partes.

Cláusula 7.^a

(Sistema de acompanhamento de controlo de execução)

- a) O controlo técnico, o acompanhamento e a fiscalização, serão realizados pelo primeiro outorgante, enquanto entidade concedente da comparticipação financeira.
- b) O Segundo Outorgante obriga-se a colaborar e a fornecer, a qualquer momento, toda a informação e documentação solicitada pelo Primeiro Outorgante, sempre que este julgue necessário conhecer o estado de execução do presente Protocolo.

Cláusula 8.^a

(Condições de revisão do protocolo)

1. É admitida a revisão do Protocolo quando em virtude de alterações supervenientes e imprevistas das circunstâncias, a execução deste se torne excessiva para a entidade beneficiária da comparticipação financeira ou manifestamente inadequada à realização do interesse público.
2. Qualquer alteração ou adaptação dos termos ou dos resultados previstos, carece de prévio acordo escrito dos dois outorgantes, que a poderão condicionar.

Cláusula 9.^a

(Obrigação confirmação de despesa)

A entidade beneficiária do apoio, ora Segundo Outorgante, organizará a sua contabilidade por centros de custo com reconhecimento claro dos custos incorridos por Protocolo e com a identificação de receitas.



nk

Cláusula 10.^a

(Obrigações fiscais e para com a Segurança Social)

O segundo outorgante presta consentimento expresso ao primeiro outorgante para consulta da sua situação tributária e contributiva perante a Segurança Social.

Cláusula 11.^a

(Cessação do contrato)

1. O presente Protocolo cessará a sua vigência quando:

- a) Por falta não imputável às partes, se torna objetivamente impossível realizar o que constitui o seu objeto.
- b) Quando esteja concluído o seu objeto.
- c) Quando o Primeiro Outorgante exerça o direito de resolver o contrato.
- d) Na falta de cumprimento do disposto nas cláusulas 7.^a, 9.^a e 10.^a.

2. Com exceção do previsto na alínea b) do nº1, o Segundo Outorgante obriga-se a restituir ao primeiro outorgante o montante recebido por força deste protocolo.

Assim o disseram e outorgaram, tendo o Segundo Outorgante declarado ter regularizada a sua situação perante a segurança social, bem como as suas obrigações fiscais e que se encontra devidamente registado e com a situação atualizada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).

Celebrado em 22/06/2026, contendo 05 folhas e 02 exemplares, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante

Presidente da
Câmara Municipal do Seixal

Paulo Alexandre da Conceição Silva

O Segundo Outorgante

Presidente da Direção da Associação Grupo
Motard Family & Friends Riders

Nelson Ricardo Correia Pereira

